



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

Criado pela Lei Municipal nº 367-03/99 e alterações.

Edital nº 001/2019

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA – do Município de COLINAS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.069 (ECA) e suas alterações e de nº 12.696/2012, Leis Municipais nº 367-03/99, nº 447-04/2000, 989-03/2007 e 1.863-03/2019, Resolução do CONANDA Nº 152/2012 e de nº 170/2015, e demais correspondentes, e as Resoluções do COMDICA nº 02/2019, nº 05/2019 e nº 06/2019, tornam público a abertura das inscrições para o processo de escolha de Conselheiros Tutelares.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente edital visa divulgar as normas, datas e procedimentos para o processo de escolha de 05 (cinco) membros titulares e 05 (suplentes) do Conselho Tutelar de COLINAS.

1.2 A eleição realizar-se-á no dia 06 (seis) de outubro de 2019, no período compreendido entre 8h e 17h, horário de Brasília-DF, sendo que haverá duas urnas junto à Câmara de Vereadores, localizada à Rua Tiradentes, 108, Colinas/RS.

1.3 O procedimento para a escolha dos Conselheiros Tutelares ficará a cargo da Comissão Especial Eleitoral e será realizado em 03 (três) etapas:

1.3.1 Inscrição de candidatos;

1.3.2 Curso preparatório e prova escrita de caráter eliminatório;

1.3.3 Eleição dos candidatos através de voto direto, secreto, universal e facultativo dos cidadãos do Município, conduzida pelo COMDICA e fiscalizada pelo Ministério Público.

1.4 A Comissão Especial Eleitoral a que se refere o item “1.3” é composta, nos termos da Resolução nº 02/2019, 05/2019 do COMDICA, por integrantes do referido Conselho, representantes da Administração e das entidades da sociedade civil, paritariamente, sendo eles:

I – Fladimir Saling;

II – Airton Lansing;

III – Jaqueline Terezinha Scottá

VI – Marco Aurélio Rohr;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

V – Keila Maria da Silva;

VI – Ledy Lores Rex.

1.5 A Comissão Especial Eleitoral tem como Presidente um dos representantes do COMDICA.

2. DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

2.1 Da natureza:

2.1.1 O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

2.2 Das atribuições:

2.2.1 As atribuições do Conselho Tutelar, além das já previstas na Lei Federal nº 8.069/90, são as que seguem:

I – atender crianças e adolescentes sempre que seus direitos forem violados nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, incisos I a VII da Lei Federal nº 8.069/90;

II – atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no artigo 129, incisos I a VII da Lei Federal nº 8.069/90;

III – promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho, segurança e outros que se fizerem necessário;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar, ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, incisos I ao VI da Lei Federal nº 8.069/90, para o adolescente autor de ato infracional;

VII – expedir notificações;

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE – COMDICA

IX – assessorar o Poder Executivo Municipal na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no artigo 220, §3º, inciso II da Constituição Federal;

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar;

XII – cumprir e fazer cumprir a Lei Federal nº 8.069/90 e suas alterações.

2.3 Da carga horária:

2.3.1 Conselheiro Tutelar exercerá suas funções durante todo o horário de expediente do Conselho Tutelar, de segundas a sextas-feiras, no horário das 8:00(oito) às 11:30(onze e trinta) e das 13:30(treze e trinta) às 17:00(dezessete) e seus plantões de acordo com a carga horária de escala elaborada pelos Conselheiros e submetida à apreciação do COMDICA;

2.3.2 Além da jornada referida no item “2.3.1”, o Conselheiro tutelar deverá exercer suas atividades nos horários de plantão nos dias da semana, à noite, e nos sábados, domingos e feriados, durante as vinte e quatro horas do dia, conforme escala de horários de atendimento.

2.3.3 Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

2.4 Da remuneração e direitos:

2.4.1 Aos conselheiros titulares do Conselho Tutelar, ou suplente, quando convocado para substituir o titular, é assegurada uma gratificação mensal, no valor a R\$ 1.059,34 (Hum mil, e cinquenta e nove reais e trinta e quatro centavos), mês de referência janeiro de 2019, com incidência de Previdência e demais encargos sociais, pagos por ocasião do pagamento da folha dos servidores municipais, não pressupondo vínculo empregatício a qualquer título e/ou instância.

2.4.2. A gratificação referida neste artigo será reajustada na mesma ocasião e mesmo índice do reajuste concedido ao quadro geral dos servidores municipais;

2.4.3 Além da gratificação de que trata o item 2.4.1, ficam assegurados aos conselheiros as vantagens e benefícios constantes da Lei nº 1.863-03/2019 de 18 de abril de 2019:

I – Cobertura Previdenciária;

II – Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3(um terço) do valor da remuneração mensal, podendo, no caso da impossibilidade de gozo, no último período do mandato do conselheiro, haver a indenização em moeda corrente;

III – Licença maternidade;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

IV – Licença paternidade;

V – Gratificação natalina;

“§1º A gratificação estabelecida no caput deste Artigo será reajustada nas mesmas datas e nos mesmos índices da revisão ou reajuste da remuneração dos servidores do Município e/ou de outro Órgão a que os Conselheiros Tutelares poderão vir a ser vinculados”.

2.5 Do mandato:

2.5.1 Os Conselheiros Tutelares terão mandato de 04 (quatro) anos, a contar de 10 de janeiro de 2020, permitida recondução por novos processos de escolha.

3. DA INSCRIÇÃO

3.1.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como das decisões que possam ser tomadas pela Comissão Especial Eleitoral em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

3.1.2 A inscrição será gratuita e deverá ser realizada pessoalmente pelo candidato.

3.1.3 As informações prestadas na Ficha de Inscrição, em modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital de abertura das inscrições, bem como o seu preenchimento, são de exclusiva responsabilidade do candidato, ficando sob sua inteira responsabilidade as informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros de preenchimento da ficha.

3.2 Do período de inscrições:

3.2.1 As inscrições serão realizadas do dia **16/05/2019** ao dia **31/05/2019**, no horário das 08h30 às 11h e das 13h30min às 16h30min.

3.2.2 No caso de prorrogação das inscrições o prazo para novas inscrições será de 15 dias, sem qualquer prejuízo aos candidatos já inscritos.

3.3 Do local das inscrições:

3.3.1 As inscrições serão realizadas na Prefeitura Municipal de Colinas, no Setor de Pessoal, sito à Rua Olavo Bilac, nº 370, Bairro Centro, COLINAS/RS.

3.4 Dos documentos para a inscrição:

3.4.1 - São documentos necessários à inscrição, de forma a demonstrar o adimplemento dos requisitos para a candidatura, os seguintes:

I – Ficha de inscrição, em modelo a ser disponibilizado juntamente com o Edital de abertura das inscrições, devidamente preenchida;

II – Alvará de folha corrida judicial - FORUM – tjrs.jus.br



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

III – Cópia de documento de identidade;

III – Para a comprovação de residência no Município, cópia acompanhada da Original para averiguação de um dos seguintes documentos: conta de energia elétrica, água ou telefone, guia de pagamento de imposto (IPVA, IPTU, entre outros) ou contrato de locação de imóvel, em nome do candidato.

§ Único - Caso o candidato não possua estes documentos em seu nome, poderá comprovar a residência por meio de declaração com firma reconhecida em cartório, ou com duas testemunhas, acompanhada de cópia de um dos documentos acima citados em nome da pessoa com quem declara residir.

IV – Documento original com cópia para averiguação, Original de certidão, diploma ou histórico escolar e cópia para averiguação, expedido por estabelecimento de ensino público ou particular, devidamente reconhecido pela legislação vigente, comprovando a escolaridade mínima de Ensino Médio completo, ou em curso com atestado de matrícula.

V – Declaração, de próprio punho, de que não é aposentado por invalidez.

VI - Comprovação de quitação militar para os candidatos do sexo masculino, com menos de 45 anos completos.

VII – Certidão de quitação da Justiça Eleitoral, comprovando estar em gozo dos direitos políticos;

VIII – Uma foto 3x4;

3.4.2 As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma.

3.4.3 Não serão recebidos documentos originais, sob qualquer hipótese ou alegação.

3.5 Da homologação e impugnação das inscrições:

3.5.1 O deferimento da inscrição dar-se-á após a verificação do correto preenchimento da Ficha de Inscrição e apresentação da documentação exigida neste Edital, que é de exclusiva responsabilidade do candidato, não sendo admitida a entrega de qualquer documento após o prazo de encerramento das inscrições.

3.5.2 Caso o número de candidatos inscritos seja insuficiente, o COMDICA, mediante deliberação, poderá publicar Edital suspendendo o trâmite do processo de escolha e reabrindo prazo para novas inscrições, por mais 15 (quinze) dias, sem qualquer prejuízo aos candidatos já inscritos.

3.5.3 A Comissão Especial Eleitoral no prazo de 03 (dois) dias úteis a contar do encerramento das inscrições deverá se reunir e por meio de edital publicar os inscritos.

3.5.4 O candidato que não for aceita sua inscrição poderá apresentar recurso que será julgado pela Comissão Especial Eleitoral no prazo de 03 (três) dias úteis.

3.5.5 Após a ciência da decisão da Comissão, da qual será notificado o candidato no prazo de 03 (três) dias úteis da referida deliberação, em sendo mantida a não homologação da



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE – COMDICA

inscrição, poderá, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar do recebimento da notificação, apresentar recurso ao COMDICA, que terá 03 (três) dias úteis para julgá-lo.

3.5.6 Após o julgamento dos recursos ou transcorrendo os prazos sem a manifestação dos candidatos que tiveram a inscrição indeferida, no dia seguinte será publicado Edital pelo COMDICA no qual constará a lista nominal dos inscritos cuja inscrição será homologada.

3.5.7 Publicada a lista dos inscritos será aberto prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da publicação, para pedidos de impugnação de inscrições.

3.5.8 Constitui motivo de impugnação o não preenchimento de qualquer dos requisitos para a candidatura ou a incidência de alguma hipótese de impedimento para o exercício da função de Conselheiro Tutelar prevista na legislação em vigor.

3.5.9 As impugnações podem ser apresentadas por qualquer cidadão ou pelo representante do Ministério Público, com a devida fundamentação e comprovação das razões alegadas.

3.5.10 Para analisar e decidir acerca das impugnações poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizerem necessárias.

3.5.11 A Comissão tem, a partir do recebimento das impugnações, o prazo de 03 (três) dias úteis para notificar os candidatos com candidatura impugnada para que apresentem suas defesas, o que deve ocorrer até 03 (três) dias úteis, a contar da notificação.

3.5.12 A Comissão Especial Eleitoral avaliará o pedido de impugnação, bem como eventuais recursos interpostos pelos candidatos, e os julgará no prazo de 03 (três) dias úteis após encerrado o prazo para a apresentação das defesas.

3.5.13 A Comissão Especial Eleitoral notificará da sua decisão o impugnante e o candidato, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da sua deliberação.

3.5.14 Da decisão da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em até 03 (três) dias úteis.

3.5.15 O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 03 (três) dias úteis do seu recebimento.

3.5.16 Concluídos os prazos para recursos de impugnações e julgados aqueles eventualmente interpostos, serão homologadas em definitivo as inscrições e será publicado novo Edital pelo COMDICA constando a lista final dos candidatos com candidatura registrada.

4. Do curso preparatório:

4.1 - O curso preparatório será ministrado pela Empresa Schnorr Contabilidade, Informática e Assessoria Ltda, CNPJ: 94.705.977/0001-58, em 31/07/2019, das 18h às 22h, na Câmara de Vereadores de Colinas, a Rua Tiradentes, 108, Centro, Colinas/RS.

4.2 – Das provas escritas:



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE – COMDICA

4.2.1 Os candidatos serão avaliados, com 20 (vinte) questões objetivas, de múltipla escolha, baseado no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei Federal nº 8.069/1990, e suas alterações, Leis Municipais nº 367-03/99, nº 447-04/2000, 989-03/2007, 1.863-03/2019, Resolução do CONANDA nº 170/2014.

4.2.2 As provas serão aplicadas pela Empresa Schnorr Contabilidade, Informática e Assessoria Ltda, CNPJ: 94.705.977/0001-58, no dia **02/08/2019, das 18h às 21h**, junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental Ipiranga, sita à Rua Fernando Ferrari, s/n, nesta cidade, devendo os candidatos apresentar-se ao local das provas com meia hora de antecedência do início das mesmas, munidos do comprovante de inscrição, documento com foto e caneta esferográfica, azul ou preta.

4.2.3 Não será permitida a entrada do candidato no local da realização das provas, que se apresentar após o horário fixado, bem como não será aplicada prova fora do local e horário designado neste edital.

4.2.4 Não será permitido o ingresso de candidatos no local de realização das provas com aparelhos celulares ou qualquer outro aparelho eletrônico.

4.2.5 Não serão consideradas válidas, atribuindo-se pontuação zero, às questões que forem respondidas a lápis, sem posterior confirmação à caneta.

4.2.6 Também será anulada a questão que apresentar mais de uma alternativa assinalada pelo candidato, ou que contiver rasuras ou borrões.

4.2.7 Será anulada integralmente a prova que contiver assinaturas ou sinais que permitam a identificação do candidato, ressalvado o numeral impresso pela Empresa contratada para realização da prova.

4.2.8 O candidato que se retirar do local de provas não poderá retornar, ressalvados os casos de afastamento da sala com acompanhamento de um fiscal.

4.2.9 Não será permitido ao candidato retirar o caderno de questões da prova, tendo o candidato direito vistas à prova padrão no período recursal.

4.2.10 As Provas serão desidentificadas no início de sua realização, à vista de todos os candidatos, destacando-se o canhoto do Cartão de Identificação da Grade Respostas, no qual constará do número da Prova e o Nome do Candidato e a respectiva assinatura, sendo os mesmos colocados em um envelope específico, o qual será lacrado e visado pelos candidatos interessados, e obrigatoriamente pelos últimos três candidatos que permanecerão na sala até a sua conclusão.

4.2.11- O gabarito da prova será exposto no mural e no site da Prefeitura Municipal a partir do dia 05.08.2019.

4.2.12 - Da prova caberá recurso à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 03(três) dias úteis, no período de 05 a 07/08/2019, no horário das 08h às 11hs e das 13h30min às



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

16h30min, junto a Prefeitura Municipal, quando o candidato terá vistas à prova padrão. Em 08.08.2019 será divulgado a decisão do resultado dos recursos.

4.2.13 - A identificação das provas será realizada, às 09:00 horas do dia 09 de agosto de 2019 junto ao CRAS, na Rua Olavo Bilac, 226 no complexo Administrativo Municipal de Colinas/RS, que consistirá de ato público, com a presença dos candidatos que estiverem no local e demais presentes que quiserem acompanhar o Processo, onde será apresentado o invólucro contendo os Cartões de Identificação, sendo estes conferidos antes de sua abertura, devendo os mesmos estar inviolados. Após, identificados os candidatos com suas notas serão homologados os candidatos aprovados.

4.3. Da Inscrição definitiva

4.3.1 A inscrição definitiva será deferida aos candidatos que preencham, além dos requisitos referidos no item 03, os seguintes:

I – Participar de curso preparatório com 100% de frequência;

II – Submeter-se a prova escrita, e ser aprovado, com nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

5. DO PROCESSO ELEITORAL

5.1 – Das Instâncias Eleitorais

Constituem instâncias eleitorais: COMDICA E Comissão Especial Eleitoral

7.1.1 – Compete ao COMDICA;

I – compor a Comissão Especial Eleitoral;

II – expedir Resoluções acerca do processo eleitoral naquilo que se fizer necessário;

III – julgar:

a - os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Especial Eleitoral;

b - as impugnações ao resultado geral da eleição;

IV – publicar o resultado geral da eleição; e

V – proclamar os eleitos

5.1.2 - Compete à Comissão Especial Eleitoral:



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

I – coordenar o processo eleitoral e dar-lhe ampla publicidade, o que inclui a fiscalização da prova escrita, de caráter eliminatório;

II – receber, analisar e homologar o registro das candidaturas, fazendo-se publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público;

III – receber e analisar as impugnações e recursos apresentados pelos interessados em todas as fases do processo de escolha, encaminhando-as ao Presidente do COMDICA, quando for o caso;

IV – notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para defesa, no caso de impugnações e outros recursos de que sejam partes interessadas;

V – realizar reuniões destinadas a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VI – selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha;

VII – publicar a lista dos mesários e dos fiscais da votação;

VIII – receber, processar e julgar as impugnações a mesários e apuradores;

IX – escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

X – notificar o Ministério Público de todas as fases do processo de escolha;

XI – solicitar ao comando da Polícia Civil e Militar, efetivo para garantir a ordem e a segurança dos locais de votação e apuração;

XII – fiscalizar a eleição e a apuração dos votos;

XIII – processar e decidir as denúncias referentes à propaganda eleitoral;

XIV – receber e divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha, encaminhando o material referente ao pleito ao COMDICA;

XV – tomar todas as demais providências necessárias para a realização do pleito; e

XVI – resolver os casos omissos.

5.1.3 Para analisar e decidir acerca de recursos e impugnações poderá a Comissão realizar reuniões e, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências que se fizerem necessárias.

5.1.4 As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão tomadas pela maioria de seus membros.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

5.1.5 Em caso de empate, o voto de desempate será dado pelo Presidente da Comissão.

5.2 Da Propaganda Eleitoral:

5.2.1 - O sorteio do ato público a fim de atribuir o número a cada um deles, será realizado no dia **16 de agosto de 2019, às 15 hs**, junto ao CRAS, sito à Rua Olavo Bilac, nº 226, nesta cidade, cujo resultado será publicado por Edital.

5.2.2 O período de propaganda eleitoral terá início no dia imediatamente posterior ao da publicação do Edital que indica o número de cada candidato, encerrando-se no dia 5 (cinco) de outubro de 2019.

5.2.3 Toda propaganda eleitoral será realizada sob a responsabilidade dos candidatos, que responderão solidariamente pelos excessos praticados por seus simpatizantes.

5.2.4 Não será permitida propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

5.2.5 Considera-se propaganda eleitoral que implique grave perturbação à ordem a que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

5.2.6 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos a oferta, a promessa ou a entrega de dinheiro, dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza, incluídos brindes de pequeno valor, em troca de apoio a candidaturas;

5.2.7 Considera-se propaganda enganosa:

I – promessa de resolver eventuais demandas que não se enquadrem nas atribuições do Conselho Tutelar;

II – a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar; e

III – qualquer outra prática que induza dolosamente o eleitor a erro com objetivo de auferir vantagem a candidaturas.

5.2.8 Qualquer cidadão, fundamentadamente, poderá denunciar à Comissão Especial Eleitoral a existência de propaganda eleitoral irregular.

5.2.9 A Comissão Especial Eleitoral processará e decidirá as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

5.2.10 Nos casos de denúncias caberá a Comissão notificar o candidato denunciado no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da ciência da denúncia.

5.2.11 O candidato notificado terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação para encaminhar defesa à Comissão Especial Eleitoral.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE – COMDICA

5.2.12 Para instruir sua decisão, a Comissão Especial Eleitoral poderá ouvir testemunhas, determinar a produção de outras provas e efetuar diligências, tendo o prazo de 02 (dois) dias úteis para chegar a conclusão sobre a denúncia.

5.2.13 O candidato e o denunciante serão notificados da decisão da Comissão Especial Eleitoral no prazo de 02 (dois) a contar desta.

5.2.14 Da decisão da Comissão Especial Eleitoral, caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado em 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação.

5.2.15 O COMDICA deverá manifestar-se sobre o recurso em até 02 (dois) dias úteis do seu recebimento.

5.3 – Dos Mesários

5.3.1 Os mesários serão, preferencialmente, servidores indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, nominalmente, em número a ser definido pelo COMDICA, suficiente para atender à demanda do processo de eleição.

5.3.2 Na impossibilidade de completar-se o quadro de mesários com servidores municipais, o COMDICA e a Comissão Especial Eleitoral ficam autorizados a convocar outros cidadãos, indicados pelas entidades representativas da sociedade civil que compõe o COMDICA.

§ A lista contendo a nominata dos mesários que trabalharão na eleição será publicada em Edital pelo COMDICA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da realização do pleito.

5.3.3 A atuação dos representantes das entidades referidas no item 5.3.2 será gratuita.

5.3.4 Não podem atuar junto ao Processo Eleitoral:

5.3.5 candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, em linha reta ou colateral;

5.3.6 cônjuge ou companheiro de candidato; e

5.3.7 pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para candidato.

5.3.8 Compete à Comissão Eleitoral, antes do início da votação, verificar se o local escolhido para a eleição está em ordem, e, a urna e a cabine indevassável.

5.3.9 Na hora designada para o início da votação, cumpridas as exigências previstas nesta Resolução, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral, declarará iniciados os trabalhos.

5.3.10 Os membros integrantes da Comissão Eleitoral devem orientar os eleitores para que, antes de ingressar no recinto da cabine, se apresentem à Mesa Eleitoral portando o documento oficial de identificação com fotografia, e ou título eleitoral.

5.3.11 Os membros registrarão na folha de controle de votação, o nome do eleitor e o número do documento com fotografia e ou título eleitoral.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

5.3.12 Após o registro, o responsável deverá colher do eleitor sua assinatura na folha de controle de votação, quando este último deverá conferir seus dados.

5.3.13 Compete ao Presidente da Comissão ou a quem designar como secretário, o registro de todos os acontecimentos que ocorrerem no curso da votação em ata, onde serão colhidas as assinaturas das partes envolvidas, bem como de eventuais testemunhas, quando houver.

5.4 Da votação:

5.4.1 O local de votação é a Câmara de Vereadores de Colinas/RS, para melhor atender à operacionalização do processo de escolha será por urna eletrônica, ou na impossibilidade por meio de cédula de votação.

5.4.2 Podem votar os maiores de 16 (dezesesseis) anos, inscritos como eleitores do Município constantes na lista eleitoral a ser fornecida pelo Cartório Eleitoral, devendo o eleitor apresentar, por ocasião da votação, o título de eleitor e/ou documento oficial com fotografia.

5.4.3 A identidade do eleitor poderá ser objeto de impugnação junto à mesa receptora de votos, devendo tudo ser registrado em ata de votação.

5.4.4 O eleitor poderá votar em um candidato.

5.4.5 O sigilo da votação será garantido por meio do isolamento do eleitor em cabine indevassável, onde serão afixadas listas com o nome, apelido e número do candidato.

5.4.6 O Presidente da Mesa Eleitoral, verificando chegar a hora do encerramento da votação e existindo eleitores ainda por votar, distribuirá senha para votação dos presentes no recinto, proibindo a partir desse horário o ingresso de outros eleitores que ali não estivessem nesse momento.

5.4.7 O encerramento da votação implica na lacração da urna eleitoral pelo Presidente da Mesa, assinado por todos os componentes da Mesa e pelos fiscais presentes ao ato.

5.4.8 A votação será realizada mediante a utilização de urnas comuns ou eletrônicas, disponibilizadas pela Justiça Eleitoral.

5.4.9 Caso sejam utilizadas urnas comuns serão observados os seguintes requisitos:

- a) as cédulas oficiais serão rubricadas pelo Presidente da Comissão Especial Eleitoral;
- b) a definição da ordem dos candidatos na cédula de votação, será através de sorteio público, a ser realizado na presença dos membros da Comissão Especial Eleitoral e dos candidatos, na data de 16 de agosto de 2019, às 15:00 horas junto ao CRAS.
- c) na cédula, constarão o nome e número do candidato.
- d) as cédulas serão confeccionadas de maneira que, dobradas, resguardem o sigilo do voto;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- e) as cédulas serão impressas em papel de uma única cor;
- f) será fornecida apenas uma cédula de votação, não sendo permitida a substituição por outra caso o eleitor, ao recebê-la ou, ao recolher-se à cabine de votação, por imprudência, imprevidência ou desconhecimento danificar, "errar" o voto ou de qualquer forma rasurar a Cédula Oficial;
- g) caso ocorra o referido na alínea anterior, o voto deverá ser depositado na urna na situação em que se encontra, ainda que este não venha a ser computado como voto válido;
- h) o Presidente deverá verificar a urna da sua seção, quanto a inviolabilidade, no início e ao final do processo;
- i) após o encerramento da votação, deverá ocorrer a contagem das cédulas pela Mesa, verificando se as mesmas coincidem com o número de votantes;
- j) No caso de não coincidência entre o número de cédulas com o número de votantes, será feita a recontagem dos votos;
- k) a leitura dos votos constantes das cédulas será feita em voz alta por um dos componentes da Mesa e o seu manuseio apenas pelos Membros das Mesas de Apuração. Se necessário, também poderão ser designados escrutinadores para a apuração.
- l) o critério de cômputo dos votos, considerando-se válido aquele que estiver assinalado pelo eleitor em espaço próprio da cédula, de modo a expressar sua vontade; em branco aquele que não contiver manifestação do eleitor; e nulo aquele em que as cédulas não corresponderem ao modelo oficial; não estiverem devidamente rubricadas por quem de direito, ou, ainda aqueles que contiverem a escolha de mais que 01 (um) nome de candidato inserido na cédula de votação;

5.5 Da Fiscalização

- 5.5.1 Cada candidato poderá credenciar 1 (um) fiscal para atuar junto à mesa receptora de votos, antes do início da votação.
- 5.5.2 O fiscal receberá, neste momento, “crachá de identificação” que obrigatoriamente deverá ser usado durante todo o dia da eleição.
- 5.5.3 Não será permitida a acumulação da função de fiscal com a de membro da Mesa Eleitoral, ou de qualquer outra função a ser exercida em razão da eleição.
- 5.5.4 Se o fiscal verificar alguma irregularidade deverá comunicá-la ao Presidente da Mesa Eleitoral onde estiver atuando, quando a decisão do Presidente de Mesa é soberana.
- 5.5.5 O Presidente da Mesa Eleitoral verificará a natureza da irregularidade apontada pelo fiscal e tomará as providências para corrigi-la, se procedente, podendo indeferi-la, caso entenda que esta não tem cabimento.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE – COMDICA

5.5.6 Caso o Presidente da Mesa Eleitoral não consiga resolver a ocorrência verificada, deverá entrar em contato imediatamente com um membro da Comissão Especial Eleitoral para auxiliá-lo.

5.5.7 Os fiscais que atuarem perante as Mesas Eleitorais deverão assinar as atas de início e encerramento dos trabalhos.

5.5.8 Eventual comportamento inadequado de parte do fiscal poderá resultar na determinação, pelo Presidente da Mesa, para que se retire do local da votação, sem qualquer prejuízo ao regular andamento do pleito.

5.6 Das ocorrências e impugnações

5.6.1 As ocorrências e impugnações constantes das atas de votação referentes ao dia da eleição serão julgadas pelo Presidente da Mesa, ao final da votação e antes da apuração, salvo aquelas referentes ao item 5.4.3, que deverão ser julgadas no momento da impugnação.

5.6.2 Das decisões do Presidente da Mesa caberá recurso ao COMDICA, que deverá ser apresentado no ato, por escrito e devidamente fundamentado, sob pena de não recebimento, salvo aquelas referentes ao item.

5.6.3 O COMDICA terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento dos recursos, que ocorrerá ao final do pleito, para julgá-los, o que não impede a publicação de Edital com o resultado preliminar do pleito.

5.6.4 O resultado do julgamento dos recursos será notificado aos interessados no prazo de 02 (dois) dias úteis da deliberação da Comissão e caso altere o resultado das eleições será objeto de publicação de Edital.

5.7 Da apuração

5.7.1 A apuração dos votos será realizada em um único local, a ser escolhido pela Comissão Especial Eleitoral e divulgado juntamente com a lista dos locais de votação, por Edital.

5.7.2 Na fase de apuração da urna eleitoral será permitido ingresso ao recinto dos candidatos, seus fiscais, os membros da Comissão Especial Eleitoral, do COMDICA e representante do Ministério Público, todos devidamente identificados por crachás fornecidos pela Comissão Especial Eleitoral. A comunidade em geral poderá assistir a apuração em local determinado pela Comissão Especial Eleitoral.

5.7.3 O Presidente da Comissão Especial Eleitoral determinará a abertura da apuração.

5.7.4 Os candidatos e os fiscais deverão manter distância mínima pré-estabelecida da Mesa Apuradora, visando não atrapalhar o bom andamento dos trabalhos, sob pena de serem retirados do local de apuração.

5.7.5 Os mesários expedirão boletim de apuração de cada urna apurada, o qual deverá conter:

I – a data da eleição;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

- II – o número de votantes;
- III – as seções eleitorais correspondentes;
- IV – o local em que funcionou a mesa receptora de votos;
- V – o número de votos impugnados;
- VI – o número de votos por candidato; e
- VII – o número de votos brancos, nulos e válidos.

5.7.6 Cópia do boletim de apuração será afixada em local onde possa ser consultada pelo público.

5.7.7 Encerrada a apuração, os mesários entregarão o boletim e a ata de apuração e devolverão o material utilizado na eleição à Comissão Especial Eleitoral.

5.7.8 Os eleitos por maior votação do primeiro ao quinto serão os titulares e os demais na ordem de votação serão os suplentes, em caso de empate entre candidatos prevalecerá o de maior idade, persistindo o empate será realizado sorteio.

5.7.9 Encerrado o trabalho de todas as Mesas de Apuração, o Presidente da Comissão Especial Eleitoral, de posse do resultado e do material utilizado na eleição, pronunciará o resultado da apuração, declarará o encerramento dos trabalhos e providenciará a imediata lavratura da respectiva ata de encerramento que será assinada por ele, demais membros da Comissão, candidatos presentes, que assim desejarem, membros do COMDICA e representante do Ministério Público.

5.7.10 A Comissão Especial Eleitoral, computados os dados constantes dos boletins de apuração, homologará o resultado preliminar da eleição e publicará Edital dando-lhe conhecimento.

5.7.11 Do resultado preliminar cabe recurso ao COMDICA, o qual deverá ser apresentado em até 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação do Edital.

5.7.12 O recurso deverá ser por escrito e devidamente fundamentado.

5.7.13 O COMDICA decidirá os recursos em reunião convocada exclusivamente para esse fim, no prazo de 02 (dois) dias úteis de seu recebimento e publicará Edital com o resultado definitivo do pleito.

5.8 Da Posse dos eleitos

5.8.1 A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro de 2020 e obedecerá ao disposto na Lei Municipal nº 367-03/99 e suas alterações, oportunidade em que prestarão o compromisso de defender, cumprir e fazer cumprir no âmbito de sua competência os direitos da criança e do adolescente estabelecidos na legislação vigente.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE – COMDICA

5.8.2 Os eleitos serão diplomados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, com registro em ata e nomeados pelo Prefeito Municipal, por Portaria.

5.8.3 O candidato que for convocado a assumir o cargo eletivo, e não aceitar o cargo oferecido, pode optar por sua inclusão no final da relação dos candidatos classificados, reposicionamento esse que deverá ser requerido por escrito, caso contrário será excluído do processo.

5.8.4 Será exigido para a posse a apresentação dos seguintes documentos:

I – Declaração de bens;

II – Declaração de que não mantém parentesco, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na comarca, foro regional ou distrital.

III – Declaração de que não está em auxílio-doença;

IV – Ter concluído o ensino médio.

V – Para assumir e tomar posse deverá o Conselheiro Tutelar ainda apresentar a declaração de que não exerce Cargo de Confiança ou Eletivo no Executivo e Legislativo, observando o que determina o art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

VI - Cópia de documento de identidade para a comprovação da idade igual ou superior a 21 (vinte e um) anos;

§ Parágrafo único: Na hipótese em que o candidato não possa cumprir com as exigências no que se refere aos documentos para posse mencionados no item 5.8.3, I, II, III, IV estará excluído deste processo.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada instância recursal, em cada fase do processo, sendo que os recursos interpostos em desacordo com as especificações contidas nesta Resolução não serão apreciados.

6.2 Computar-se-ão os prazos previstos nesta Lei, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, correndo os prazos somente em dias úteis.

6.3 As publicações relativas ao processo de eleição dos Conselheiros Tutelares serão veiculadas na Imprensa Oficial do Município, Câmara de Vereadores, mural do Conselho Tutelar e Centro de Referência de Assistência Social e no site oficial do Município na internet.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA

6.4 O descumprimento dos dispositivos legais previstos na Resolução nº 01/2019 do COMDICA e neste Edital implicará na exclusão do candidato ao pleito.

6.5 As informações referentes ao processo objeto desta Resolução serão prestadas pelos integrantes da Comissão Especial Eleitoral, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Assistência Social), na Rua Olavo Bilac, nº 226, sala 09, nesta cidade.

6.6 Este edital poderá sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não realizadas as eleições, através de Edital complementar a ser publicado nos meios referidos no item “6.3”, cujo conhecimento fica a cargo dos candidatos, não havendo a necessidade de qualquer comunicação pessoal quanto às mesmas.

6.7 Os casos omissos neste Edital serão dirimidos pela Comissão Especial Eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), que poderá expedir Resoluções acerca do processo eleitoral sempre que se fizer necessário.

Colinas/RS, 15 de maio de 2019.

Seno Celso Messer
Presidente do COMDICA



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA**
CALENDÁRIO DO PLEITO

DATA	EVENTO
16/05/2019 a 31/05/2019	Prazo para inscrições
03/06/2019 a 05/06/2016	Prazo para a deliberação da CEE acerca das inscrições
06/06/2019 a 10/06/2019	Prazo para apresentação de recurso à CEE pelos candidatos não inscritos.
11/06/2019 a 13/06/2019	Prazo para julgamento e da notificação da decisão aos candidatos recorrentes.
14/06/2019 a 18/06/2019	Prazo para apresentação de recurso pelos candidatos perante o COMDICA.
19/06/2019 a 24/06/2019	Prazo para julgamento pelo COMDICA.
25/06/2019	Prazo para a publicação de Edital com inscrições preliminares homologadas.
26/06/2019 a 28/06/2019	Prazo para impugnação das inscrições.
01/07/2019 a 03/07/2019	Prazo para notificar os candidatos impugnados
04/07/2019 a 08/07/2019	Prazo para apresentação de recurso à CEE pelos candidatos
09/07/2019 a 11/07/2019	Prazo para o julgamento e notificação da decisão aos candidatos recorrentes.
12/07/2019 a 16/07/2019	Prazo para apresentação de recurso pelos candidatos perante o COMDICA
17/07/2019 a 19/07/2019	Prazo para julgamento pelo COMDICA
22/07/2019	Prazo para a publicação de Edital com candidaturas registradas
31/07/2019	Data da realização do curso preparatório.
02/08/2019	Data da realização da prova escrita e Identificação das Provas
05/08/2019 a 07/08/2019	Divulgação do gabarito e prazo de recurso das questões e notas da prova.
08/08/2019	Análise dos recursos de questões da prova
09/08/2019	Identificação das provas, e homologação das notas.
12/08/2019	Torna público os candidatos aptos ao sorteio
16/08/2019	Realização do sorteio para atribuir número a cada candidato e Reunião para dar conhecimento formal das regras do processo de escolha e firmar compromisso.
17/08/2019	Início da propaganda eleitoral
05/10/2019	Encerramento da propaganda eleitoral
06/10/2019	Data das eleições
Até às 17h do dia 06/10	Prazo para apresentação de recursos quanto a ocorrências e



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA**

	impugnações perante o COMDICA
07/10/2019	Publicação do Edital com o resultado preliminar das eleições
09/10/2019	Prazo para julgamento dos recursos quanto a impugnações pelo COMDICA
10 a 11/10/2019	Prazo para interposição de recurso ao COMDICA quanto ao resultado preliminar das eleições
14/10/2019	Prazo para julgamento dos recursos pelo COMDICA quanto ao resultado preliminar das eleições
15/10/2019	Prazo para publicação do Edital com resultado definitivo das eleições
10/01/2020	Posse dos Conselheiros



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA**

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº _____

NOME:		
APELIDO (SE HOVER):		
SEXO:	F ()	M ()
RG:	Órgão Emissor:	
TÍTULO DE ELEITOR:	ZONA:	SEÇÃO:
DATA DE NASCIMENTO:		IDADE:
FILIAÇÃO:	NOME DO PAI:	
	NOME DA MÃE:	
ESTADO CIVIL:		
PROFISSÃO:		
TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO:		
ESCOLARIDADE:	CNH:	Cat.:
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA/AV:	
	Nº	COMPL.
	BAIRRO:	CEP:
	MUNICÍPIO/UF:	
TELEFONE:		
E-MAIL:		

Eu, _____, acima qualificado(a) solicito a inscrição para participar do processo eletivo a membro do Conselho Tutelar e declaro ainda, para efeitos legais, ter ciência dos termos e condições estabelecidas no EDITAL PARA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE COLINAS– Edital nº 01/2019, bem como na legislação que rege a matéria, tendo juntado a minha inscrição os documentos necessários.

Assinatura do(a) candidato(a)



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE COLINAS

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – COMDICA**

PROTOCOLO DE INSCRIÇÃO–ELEIÇÃO CONSELHO TUTELAR DE COLINAS

INSCRIÇÃO N° _____ DATA: ____/____/____

NOME: _____

ASSINATURA: _____

